

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.119 - PB (2019/0253752-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : JOSILANE GOMES PORTELA**  
**ADVOGADO : RAFAEL DE ANDRADE THIAMER - PB016237**  
**RECORRIDO : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**  
**ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR E OUTRO(S) - PB017314A**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 138-139):

1. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA. SOBRESTAMENTO DOS AUTOS. DESCABIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. FUNDAMENTO DA SENTENÇA. COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. PARTES E CAUSA DE PEDIR IDÊNTICOS. PEDIDOS DISTINTOS. NULIDADE DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 1.013, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CAUSA MADURA. JULGAMENTO IMEDIATO. PLEITO DE DEVOLUÇÃO DE JUROS INCIDENTES SOBRE TARIFAS DECLARADAS ABUSIVAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA GRAVITAÇÃO JURÍDICA E DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DEVIDA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES DE FORMA SIMPLES. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

2.

3. - Não há que se falar em sobrestamento do feito, tendo em vista que as matérias tratadas no Recurso Especial nº 1.578.526/SP não se assemelham ao caso dos autos, que diz respeito aos juros remuneratórios cobrados sobre tarifas, in casu, a tarifa de abertura de crédito e a tarifa de serviços de terceiros. Ademais, em que pese tenha sido determinada, no Recurso Especial nº 1.578.526/SP, a suspensão dos processos que versassem sobre despesas com serviços prestados por terceiros, registro do contrato e/ou avaliação do bem, restou ressalvada as hipóteses albergadas pela coisa julgada, sendo este o caso dos autos.

4.

5. - Constatado que as causas a que se refere o magistrado

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentenciante não são idênticas, por não haver equivalência de pedidos, deve-se anular a sentença que extinguiu a ação sem resolução de mérito, apontando como fundamento a existência de coisa julgada, para que se dê regular prosseguimento à ação.

- Estando a causa madura para julgamento, deve a instância revisora seguir no exame do mérito, por força do disposto no artigo 1.013, § 3º, inciso I, do Novo Código de Processo Civil.

- Seguindo a lógica do princípio da gravitação jurídica – segundo o qual o acessório segue o principal –, uma vez declarada a abusividade de cláusulas contratuais, com a consequente devolução do valor com base nelas indevidamente cobrado, a condenação na restituição dos juros remuneratórios incidentes sobre as taxas indevidas é consectário lógico dentro da ideia da vedação ao enriquecimento sem causa.

- Sendo a devolução em dobro pertinente apenas no caso de cobrança realizada com má-fé, bem como se verificando o fato de o consumidor ter expressamente celebrado o contrato com os encargos questionados, há de se condenar a instituição financeira à devolução simples.

Nas razões do especial, alega a recorrente violação do art. 85, § 8º, do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que "o valor da causa corresponde ao máximo proveito econômico que se pretendia auferir, isto é, R\$ 1.505,94, se fosse deferida a devolução em dobro" (e-STJ, fl. 236). Como foi determinada a devolução simples, que corresponde à metade do valor mencionado, implicaria em honorários de, no máximo, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), quantia ínfima e incompatível com a atividade profissional desenvolvida.

Defende a fixação dos honorários de sucumbência com base na apreciação equitativa, afastando-se a forma de percentual utilizada pela Corte local.

Busca a fixação dos honorários de sucumbência no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 195).

O recurso especial foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 270-272 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à recorrente.

De início, cabe ressaltar que em ação declaratória proposta pela recorrente, deu-se à causa o valor de R\$ 1.505,94 (mil, quinhentos e cinco reais e noventa e quatro centavos), (e-STJ, fls. 6-12).

A sentença extinguiu o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC/2015, e fixou honorários em R\$ 1.000,00 (mil reais), com fundamento no art. 85, §§ 2º e 8º combinado com art. 98, § 3º, do CPC/2015 (e-STJ fl. 83).

O Tribunal de origem, ao analisar a apelação apresentada pela recorrente, cassou a sentença de primeiro grau e julgou parcialmente procedente o pedido inicial, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 170):

Por tais fundamentos, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para cassar a r. sentença e, aplicando o art. 1013, § 3º, I, do NCPC, e, ato contínuo, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL para declarar a ilegalidade da cobrança de juros remuneratórios sobre as parcelas declaradas abusivas no édito judicial nº 200.2011.917.401-5, condenando a promovida à devolução simples dos valores pagos a título de acréscimos referentes aos juros incidentes sobre a taxa reconhecida ilegal, corrigido monetariamente desde cada pagamento indevido e com juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Ainda, em razão da reforma da sentença e verificada a sucumbência recíproca e equivalente, condeno os litigantes, na proporção de 50%, ao pagamento de custas e honorários advocatícios sucumbenciais e recursais, estes fixados no percentual de 20% sobre o valor da condenação, observando-se a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça em favor da parte autora.

Com efeito, em recente julgamento, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária.

# Superior Tribunal de Justiça

Segundo o Colegiado desta Corte, o Código de Processo Civil de 2015 reduziu as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, as quais são restritas às causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo (artigo 85, § 8º).

O eminente Ministro Raul Araújo, cujo entendimento prevaleceu no julgamento, afirmou que o artigo 85, § 2º, do estatuto processual civil de 2015 veicula a regra geral e obrigatória (ordem de preferência) de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados entre 10% e 20%: (i) do valor da condenação; (ii) do proveito econômico obtido; ou (iii), não sendo possível mensurar o proveito econômico, do valor atualizado da causa.

Em seu voto vencedor, o Ministro Raul Araújo entende que "[...] O Código de Processo Civil relegou ao parágrafo 8º do artigo 85 a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa [...]", bem como alertou que "[...] a incidência, pela ordem, de uma das hipóteses do artigo 85, parágrafo 2º, impede que o julgador prossiga com sua análise a fim de investigar eventual enquadramento no parágrafo 8º do mesmo dispositivo, porque a subsunção da norma ao fato já se terá esgotado [...]".

Eis a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.
2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de

pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art.

85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp n. 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13.2.2019, DJe 29.3.2019)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tem-se, conforme esse precedente, que, em regra, os honorários devem ser fixados com base no valor da condenação; não havendo condenação ou não sendo possível valer-se da condenação, utiliza-se o proveito econômico obtido pelo vencedor. Como última hipótese, recorre-se ao valor da causa. A aplicação da norma subsidiária do artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil de 2015 só será cogitada na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do artigo 85 do referido diploma processual.

Assim, observo que não merece reforma o acórdão recorrido, eis que em conformidade com o entendimento firmado por esta Corte Superior.

Incide, portanto, a Súmula 83 do STJ, a obstar a pretensão em análise.

Por fim, em relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, se não estiver comprovado nos moldes dos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora